

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.315 - SP (2018/0227597-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO - SP118936
VITÓRIA AIDA ARRUDA PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
- SP062819
RECORRIDO : K. D. JUNTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE ROBERTO DA SILVEIRA - SP146664

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 1021, §4º, DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO, NA ESPÉCIE. ACÓRDÃO CONTRÁRIO AO ENTENDIMENTO DO STJ SOBRE O TEMA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inc. III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJSP assim ementado (fl. 81):

AGRAVO REGIMENTAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL - JUROS DE MORA EXIGIDOS PELA FESP - LEI ESTADUAL 13.918/09, NOS TERMOS DO DECIDIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJSP.

A taxa de juros aplicável ao montante do imposto ou da multa não pode exceder aquela incidente na cobrança dos tributos federais (SELIC), conforme decisão do Órgão Especial em arguição de inconstitucionalidade - Decisão que acolheu em parte a Exceção de Pré-Executividade mantida. Ausência de argumentos novos, capazes de atacar a decisão monocrática, que fica mantida.

AGRAVO INTERNO IMPROCEDENTE - APLICAÇÃO DE MULTA - Possibilidade - Previsão contida no artigo 1.021, § 4º, do Novo Código de Processo Civil - Fixação do percentual mínimo, de 1%, do valor da causa, conforme previsão legal Entendimento deste E. Tribunal.

Agravo regimental não provido.

A recorrente alega violação do art. 1021, §4º, do CPC/2015, sob o seguinte argumento: a) o artigo indicado como violado foi mal aplicado pelo Tribunal de origem, pois a FESP exerceu um direito legalmente garantido, que é o de recorrer com vistas à satisfação do princípio fundamental do interesse público, ou seja, nada mais fez do que exercer um direito regularmente reconhecido, na estrita observância do dever legal (Código Civil, art. 188, inc. I).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 133-134.

É o relatório. Passo a decidir.

Razão assiste à recorrente.

Com efeito, é entendimento desta Corte Superior que “Em regra, descabe a

imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, (...)” (AgInt nos EDcl no REsp 1730622 / SP, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/12/2018).

No caso, não se verifica dos autos a ocorrência da situação autorizadora.

Veja-se ainda:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. RESPONSABILIDADE. REEXAME FÁTICO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A análise da pretensão recursal quanto ao descumprimento de cláusula contratual demandaria a análise das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido e a reinterpretação de cláusulas contratuais, o que encontra os óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

3. A incidência da Súmula nº 7/STJ prejudica o conhecimento do recurso quanto à divergência jurisprudencial alegada.

4. O mero inconformismo com a decisão agravada não enseja a necessária imposição da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 quando não configurada, por decisão unânime do colegiado, a manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso.

5. Na hipótese, não há falar em litigância de má-fé, pois a parte interpôs recurso legalmente previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, pelo que não se verifica afronta ou descaso com o Poder Judiciário.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1325348/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1/2/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO VERIFICADA. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, §4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

1. Constata-se a omissão no acórdão proferido no julgamento do agravo interno, em relação ao pleito de imposição da multa de que trata o art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

2. Segundo a orientação deste Egrégio Tribunal, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

3. Embargos de declaração acolhidos, sem concessão de efeitos infringentes.

(EDcl no AgInt no REsp 1313997/MS, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 19/12/2018)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

